

Diário do Legislativo de 18/05/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB)

Líder: Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes: Maria Olívia (PSDB), Lúcia Pacífico (PTB), Carlos Pimenta (PDT)

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado André Quintão

Vice-Líderes: Deputados Ricardo Duarte (PT) e Jô Moraes (PC do B)

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder: Deputado Paulo César

LIDERANÇA DO PL

Líder: Deputado Leonardo Moreira

Vice-Líder: Deputado Roberto Ramos

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PL), Paulo Piau (PP) e José Henrique (PMDB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Miguel Martini (sem partido)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Weliton Prado (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fahim BPSB Presidente
Sawan

Deputado Gustavo PFL Vice-Presidente
Valadares

Deputado Arlen BPSB
Santiago

Deputado Sargento BPSB
Rodrigues

Deputado Ricardo Duarte PT/PCdo
B

Deputado Antônio Genaro PL

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado Paulo PFL
César

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado Miguel (sem partido)
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PCdoB

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -15h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonardo PMDB Presidente
Quintão

Deputado Edson PT/PCdo Vice-Presidente
Rezende B

Deputada Ana BPSP
Maria Resende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado J3sus PT/PCdo
Lima B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jos3 PMDB
Henrique

Deputado Roberto PT/PCdoB
Carvalho

Deputado Djalma BPSP
Diniz

Deputado Sebastião BPSP
Costa

Deputada Cec3lia PT/PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BPSP Presidente
Ribeiro Silva

Deputado PMDB Vice-Presidente
Gilberto Abramo

Deputado Sebastião Costa BPSP

Deputado Ermano Batista BPSP

Deputado Adelmo Carneiro PT/PCdo
Leão B

Deputado George Hilton PFL

Deputado Gustavo Corr3a PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon BPSP
Melo

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputado Marlos BPSB
Fernandes

Deputado Leonídio BPSB
Bouças

Deputada Maria PT/PcdoB
Tereza Lara

Deputado Roberto PL
Ramos

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente
Rafael

Deputada Lúcia BPSB Vice-Presidente
Pacífico

Deputado João (sem
Leite partido)

Deputado Jésus PT/PCdoB
Lima

Deputado Dinis PL
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputado Leonídio BPSB
Bouças

Deputado Carlos BPSB
Pimenta

Deputado Padre PT/PcdoB
João

Deputado Célio PL
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT/PCdo Presidente
Ângelo B

Deputado Roberto Ramos PL Vice-Presidente

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputado Djalma BPSP
Dinis

Deputado Paulo PFL
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PcdoB

Deputado Antônio PL
Genaro

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Ermano BPSP
Batista

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras- 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente
Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente
Maria Resende

Deputado Leonídio Bouças BPSP

Deputado Biel PT/PCdo
Rocha B

Deputado Paulo PP
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Miguel (sem partido)
Martini

Deputado Weliton PT/PcdoB

Prado

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Domingos Sávio BPSB Presidente

Deputado Lessa Jayro PL Vice-Presidente

Deputado Sebastião Helvécio BPSB

Deputado Ermano Batista BPSB

Deputada Costa Elisa PT/PCdoB

Deputado Henrique José PMDB

Deputado Kangussu Márcio BPSB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BPSB

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Carneiro Luiz Humberto BPSB

Deputado Irani Barbosa BPSB

Deputado André Quintão PT/PCdoB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Paulo Piau PP

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Laudelino Augusto PT/PCdoB Presidente

Deputado Doutor Ronaldo BPSB Vice-Presidente

Deputado João (sem
Leite partido)

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Paulo PP
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PT/PcdoB
Gomes

Deputado Alencar da BPS
Silveira Jr.

Deputada Lúcia BPS
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdoB Presidente
Tereza Lara

Deputado José BPS Vice-Presidente
Milton

Deputado Miguel Martini (sem
partido)

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PcdoB
Augusto

Deputado Fahim BPS
Sawan

Deputado João Leite (sem partido)

Deputado Jésus Lima PT/PcdoB

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputado Marlos BPSP Vice-Presidente
Fernandes

Deputado Luiz BPSP
Humberto Carneiro

Deputado Padre PT/Pcdo
João B

Deputado Doutor PFL
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputada Maria PT/PcdoB
Tereza Lara

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Márcio BPSP Presidente
Kangussu

Deputado Djalma BPSP Vice-Presidente
Diniz

Deputado Ricardo PT/PCdo
Duarte B

Deputado Pinduca PP
Ferreira

Deputada Vanessa BPSP
Lucas

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria BPSP
Olívia

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado BPSB
Domingos Sávio

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adelmo PT/PCdo Presidente
Carneiro Leão B

Deputado Carlos BPSB Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BPSB
Sawan

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PCdoB
Rezende

Deputado Sebastião BPSB
Helvécio

Deputado Arlen BPSB
Santiago

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Jayro PL
Lessa

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSB Presidente
Maia

Deputado PL Vice-Presidente
Leonardo Moreira

Deputado BPSB
Sargento
Rodrigues

Deputado PT/PCdo
Weliton Prado B

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado Adelmo PT/PcdoB
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alencar BPSP Presidente
da Silveira Jr.

Deputada Elisa PT/Pcdo Vice-Presidente
Costa B

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputada Jô PT/Pcdo
Moraes B

Deputado PFL
Gustavo
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSP

Deputado André PT/PcdoB
Quintão

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Carlos PT/PcdoB
Gomes

Deputado Paulo PFL
César

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Márcio PL Presidente
Passos

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado PT/PCdo
Roberto Carvalho B

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado Márcio BPSP
Kangussu

Deputado Ricardo PT/PcdoB
Duarte

Deputado Gil PP
Pereira

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente
Bittar

Deputado PT/PCdo Vice-Presidente
Carlos Gomes B

Deputada PT/PCdo
Cecília B
Ferramenta

Deputada Maria BPSP
Olívia

Deputado Paulo PFL
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado Biel PT/PCdoB
Rocha

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputada BPSP
Vanessa Lucas

Deputado Doutor PFL
Viana

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR: Deputado Biel Rocha

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 10/5/2005

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Passos, Ivair Nogueira, Márcio Kangussu e Laudelino Augusto (substituindo este ao Deputado Roberto Carvalho, por indicação da Liderança do Bloco PT-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlos Pimenta e Leonardo Moreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Passos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a clonagem de telefones celulares, as conseqüências desse crime para o consumidor e as dificuldades enfrentadas pela Telemig Celular para solucionar o problema e a se discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Gelson Cunha, Coordenador da 6ª UNIT do DNIT, publicado no "Diário do Legislativo" do dia 5/5/2005. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.858/2004 (Deputado Ivair Nogueira, em virtude de redistribuição) e 2.172/2005 no 1º turno (Deputado Dimas Fabiano). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.591 e 4.636/2005. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Paulo Cesar, em que pleiteia seja oficiado o Diretor-Superintendente da Telemig Celular, solicitando a instalação de serviço celular por meio de torre de sinal de repetição nos Municípios de Conceição do Pará, Ervália, Leandro Ferreira e Paineiras; Laudelino Augusto, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a realidade e as perspectivas da malha rodoviária no Sul de Minas; Márcio Kangussu, em que solicita seja realizada reunião para obter esclarecimentos sobre a real situação da BR-367, os planos e projetos do Ministério dos Transportes e DNIT para a rodovia, bem como as razões da suspensão das obras de asfaltamento dos trechos Minas Novas-Virgem da Lapa e Almenara-Salto da Divisa; e Ivair Nogueira, em que solicita ao DNIT informações sobre a previsão da conclusão das obras do viaduto inacabado em frente à KRUPP e da BR-381, sentido Betim-Belo Horizonte. O requerimento da Deputada Elisa Costa, em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater o Decreto nº 44.007, de 13/4/2005, que disciplina a autorização para prestação do serviço fretado de transporte rodoviário intermunicipal de pessoas, teve a sua votação adiada, atendendo-se a requerimento do Deputado Ivair, aprovado pela Comissão. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre o assunto objeto da reunião. Registra-se a presença dos Srs. José Dias Coelho Neto, Gerente Regional da Anatel em Minas Gerais, e Jefferson Correia Andrade, Agente de Fiscalização da Anatel em Minas Gerais; José Moreira, Diretor de Regulamentação da Telemig Celular; Geraldo do Amaral Toledo Neto, Delegado de Polícia da 8ª DSPM; Ricardo Augusto Amorim César, Assessor Jurídico da Área de Serviços do PROCON Estadual de Minas Gerais; Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador-Geral do PROCON Assembléia; Arnaldo Lima da Silva, Coordenador do PROCON Municipal de Belo Horizonte; Jorge Assengo e Marcelo Guabiroba, consumidores da Telemig Celular, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Leonardo Moreira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais e, em seguida, como co-autor do requerimento, faz as suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura

da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2005.

Márcio Passos, Presidente - José Henrique - Elisa Costa - Jayro Lessa.

ATA DA 7ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 11/5/2005

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Jayro Lessa, Ermano Batista, José Henrique e Márcio Kangussu e a Deputada Elisa Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ermano Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" do dia 5/5/2005: ofícios dos Srs. Romeu Scarioli, Presidente do BDMG; José Lopes Daldegan, Presidente da APAE de Divinópolis; e Cristiano Batista Neto, Presidente do Instituto Helena Antipoff; e de servidores das Comarcas de Monte Carmelo e Santa Bárbara. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 1.045/2003, no 1º turno, e emendas apresentadas em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 1.830/2004 (Deputado Domingos Sávio); e Projeto de Lei nº 2.063/2005, no 1º turno (Deputado Sebastião Helvécio). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a presença do Deputado Sebastião Helvécio. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.725/2004 (relator: Deputado Sebastião Helvécio) e 1.840/2004 (relator: Deputado Ermano Batista); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.017/2004 (relator: Deputado Domingos Sávio) e dos Projetos de Lei nºs 1.629/2004 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Jayro Lessa); 1.653/2004 (relator: Deputado Ermano Batista); 1.878/2004 com a Emenda nº 1, apresentada pelo relator, Deputado Jayro Lessa; 2.113/2005 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado José Henrique) e 2.114/2005 (relator: Deputado Márcio Kangussu). Após a apreciação do parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.653/2004, retirou-se da reunião o Deputado Sebastião Helvécio. Os Projetos de Lei nºs 1.842 e 2.004/2004 e 2.178/2005 são retirados da pauta, por não cumprirem pressupostos regimentais. Na fase de discussão do parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.782/2004 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela relatora, Deputada Elisa Costa, o Presidente defere pedido de vista do Deputado Jayro Lessa. Os Projetos de Lei nºs 1.751 e 1.947/2004 são retirados da pauta, atendendo-se, respectivamente, a requerimentos dos Deputados Ermano Batista e Jayro Lessa, aprovados pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Presidente designa o Deputado Ermano Batista como relator do Requerimento nº 4.633/2005. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimento do Deputado Carlos Pimenta, em que solicita a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei Federal nº 4.514/2004, em tramitação na Câmara dos Deputados, que trata da flexibilização da dívida junto ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste relativa ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE - e ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT -; e requerimento da Deputada Elisa Costa na forma do Substitutivo nº 1, do Deputado Márcio Kangussu, em que solicita a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 1.991/2004, que altera alíquotas do ICMS nas operações internas com jóias. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a realizar-se na terça-feira, dia 17/5/2005, às 10h30min, com a finalidade de apreciar os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.830 e 1.842/2004 e ouvir convidados com vistas à demonstração do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado no ano de 2004; determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2005.

Domingos Sávio, Presidente - José Henrique - Márcio Kangussu - Sebastião Helvécio.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Segurança Pública NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 12/5/2005

Às 10h15min, comparecem no auditório da Associação Comercial, Industrial, de Agropecuária e de Prestação de Serviços de Araguari os Deputados Zé Maia, Antônio Júlio, Sargento Rodrigues e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Biel Rocha, Fahim Sawan, Leonídio Bouças, Luiz Humberto Carneiro, Marlos Fernandes, Paulo Piau e Ricardo Duarte. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater os problemas relacionados à segurança pública no Triângulo Mineiro. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados: Roberto Ramos, em que solicita visita conjunta desta Comissão com a de Direitos Humanos na APAC de Santa Luzia e seja realizada visita ao Fórum da Comarca de Santa Luzia e à Cadeia Pública de Palmital; e Marlos Fernandes, em que solicita verba para o Município de Araguari, destinada à construção de um albergue para mulheres vítimas de violência. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre o assunto mencionado na finalidade da reunião. Registra-se a presença dos Srs. Marcos Antônio Alvim, Prefeito Municipal de Araguari; Luiz Antônio Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Araguari; Wilson Inácio Ferreira, Delegado Regional de Araguari, representando Otto Teixeira Filho, Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Márcio Martins Santana, Comandante da 9ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG -, representando Sócrates Edgard dos Anjos, Comandante-Geral da PMMG; Renes José Borges, Prefeito Municipal de Indianópolis; Adolfo Carvalho, Prefeito Municipal de Iraí de Minas; Luiz Roberto Santos Vilela, Prefeito Municipal de Prata; e Walter Schiguo Moryama, Promotor de Justiça de Araguari; Tenente Renato Lúcio Aguiar Tiradentes, Comandante do 5º PBM; e Nilton Eduardo Castilho Costa e Silva, Presidente da Associação Comercial, Industrial, de Agropecuária e de Prestação de Serviços de Araguari, e das Sras. Denice Nery Maia, Prefeita Municipal de Itapagipe, e Cristina Fagundes Siqueira, Promotora de Justiça de Araguari, os quais são convidados a tomar assento à mesa. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, do público e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2005.

Zé Maia, Presidente - Sargento Rodrigues - Antônio Júlio.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia 34ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 18/5/2005

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 2.647/2004, do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita ao Procurador-Geral de Justiça do Estado informações sobre as providências adotadas com relação ao que ficou evidenciado no relatório final da CPI do Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.663/2004, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita ao Secretário de Fazenda cópia do parecer que concluiu pela legitimidade da transação realizada entre o Estado e a Samarco Mineração S/A, conforme Resolução nº 4/2003, de 19/12/2003. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.696/2004, do Deputado Dimas Fabiano, em que solicita ao Subsecretário de Esportes o envio de relatório contendo o nome dos municípios beneficiados pelo Programa "Segundo Tempo", e quais os critérios adotados para a celebração de convênios. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.819/2004, do Deputado João Bittar, em que solicita à CEMIG informações que justifiquem os constantes aumentos na tarifação elétrica praticados pelo órgão. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.826/2004, do Deputado André Quintão, em que solicita ao Presidente da CEMIG informações sobre o acidente fatal ocorrido na Usina da Queimados, em Unai, no dia 9/4/2004., com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento

Votação do Requerimento nº 2.842/2004, do Deputado João Bittar, em que solicita ao Secretário de Fazenda esclarecimentos sobre a transformação em verba retida dos valores correspondentes ao pagamento de direitos adquiridos por servidores públicos por ocasião da aposentadoria. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.874/2004, da Comissão do Trabalho, em que solicita à direção da PRODDMGE informações sobre as providências tomadas quanto ao pagamento das verbas rescisórias de trabalhadores contratados pela CLT, sem a realização de concurso público. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2004, do Deputado Ricardo Duarte e outros, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e revoga o § 4º do seu art. 82. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003, da Comissão Especial da UEMG e outros, que acrescenta parágrafo ao art. 199 e dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial que perdeu prazo para emitir parecer sobre a Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão e outros, que modifica o art. 73 da Constituição do Estado, que dispõe sobre o princípio da juridicidade. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.227/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 4/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa DVG - Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.228/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 8/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa TAM Linhas Aéreas S/A.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.178/2005, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.836, de 21/5/98, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, para o fim que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Turismo e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.229/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 9/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa VARIG S/A Viação Aérea Rio-Grandense.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.230/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 5/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Unocann Tubos e Conexões Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.231/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 10/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Gol Transportes Aéreos S/A.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.232/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 6/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Polyvin Plásticos e Derivados Ltda.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.017/2004, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 359/2003, do Deputado Bilac Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Cláudio. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 523/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Novo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 571/2003, da Deputada Jô Moraes, que disciplina as atividades a serem adotadas na prevenção e combate às inundações, e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.046/2003, do Deputado Sebastião Helvécio, que dispõe sobre consulta odontológica com avaliação periodontal no acompanhamento pré-natal na rede pública em Minas Gerais. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.529/2004, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Turismo.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.653/2004, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica ao Município de Guarará. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.736/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a política de incentivo ao uso da energia eólica e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 18/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.650/2004, do Deputado Miguel Martini.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 12/2003, do Deputado Ricardo Duarte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 18/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 4.585/2005, do Deputado Antônio Andrade; 4.586 e 4.587/2005, da Deputada Cecília Ferramenta; 4.595 a 4.604/2005 e

4.623 a 4.632/2005, do Deputado Sebastião Helvécio; 4.642 e 4.643/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.647 a 4.656/2005 e 4.669 a 4.678/2005, do Deputado Sebastião Helvécio; 4.686/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.688 a 4.697/2005, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 18/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.782/2004, do Deputado Padre João.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 566/2003, do Deputado Fahim Sawan; 1.717/2004, do Deputado Arlen Santiago e 1.727/2004, do Deputado Domingos Sávio.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.830/2004, do Deputado André Quintão; 1.751/2004, do Deputado Padre João; 1.842/2004, do Deputado Leonardo Quintão; 1.947/2004, da Deputada Maria Tereza Lara; 2.063, e 2.112/2005, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 4.633/2005, do Deputado André Quintão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão Especial do IPSEMG, a realizar-se às 14h30min do dia 18/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 18/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 61/2005, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 4.665/2005, da Deputada Ana Maria Resende.

Finalidade: discutir o Projeto de Lei Complementar nº 58/2004, do Governador do Estado, que cria a carreira de Agente de Polícia, cria cargos no quadro de pessoal da Polícia Civil e dispõe sobre a promoção por tempo de serviço dos ocupantes de cargos de policiais civis que menciona.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 18/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 18/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.937/2004, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 18/5/2005, destinadas, ambas, I, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 35/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão e outros, que modifica o art. 73 da Constituição do Estado, que dispõe sobre o princípio da juridicidade; 66/2003, da Comissão Especial da UEMG e outros, que acrescenta parágrafo ao art. 199 e dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado; e 78/2004, do Deputado Ricardo Duarte e outros, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e revoga o § 4º do seu art. 82; dos Projetos de Resolução nºs 2.017/2004, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; 2.227/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 4/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa DVG - Indústria e Comércio de Plásticos Ltda; 2.228/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 8/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa TAM Linhas Aéreas S/A; 2.229/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 9/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa VARIAG S/A Viação Aérea Rio-Grandense; 2.230/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 5/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Unocann Tubos e Conexões Ltda; 2.231/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 10/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Gol Transportes Aéreos S/A; e 2.232/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 6/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa Polyvin Plásticos e Derivados Ltda; dos Projetos de Lei nºs 359/2003, do Deputado Bilac Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Cláudio; 523/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Novo o imóvel que especifica; 571/2003, da Deputada Jô Moraes, que disciplina as atividades a serem adotadas na prevenção e no combate às inundações, e dá outras providências; 1.046/2003, do Deputado Sebastião Helvécio, que dispõe sobre consulta odontológica com avaliação periodontal no acompanhamento pré-natal na rede pública em Minas Gerais; 1.529/2004, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso e dá outras providências; 1.653/2004, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica ao Município de Guarará; 1.736/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a política de incentivo ao uso da energia eólica e dá outras providências; e 2.178/2005, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.836, de 21/5/98, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, para o fim que menciona; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de maio de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes do § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Ermano Batista, José Henrique, Márcio Kangussu e Sebastião Helvécio e a Deputada Elisa Costa, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e os Deputados Fahim Sawan e Gustavo Valadares, pela Comissão de Administração Pública; Leonardo Quintão e Edson Rezende, pela Comissão de Assuntos Municipais; Dalmo Ribeiro Silva e Gilberto Abramo, pela Comissão de Constituição e Justiça; Chico Rafael e a Deputada Lúcia Pacifico, pela Comissão de Defesa do Consumidor; Durval Ângelo e Roberto Ramos, pela Comissão de Direitos Humanos; Doutor Viana e a Deputada Ana Maria Resende, pela Comissão de Educação; Laudelino Augusto e Doutor Ronaldo, pela Comissão de Meio Ambiente; Deputada Maria Tereza Lara e José Milton, pela Comissão de Participação Popular; Gil Pereira e Marlos Fernandes, pela Comissão de Política Agropecuária; Adelmo Carneiro Leão e Carlos Pimenta, pela Comissão de Saúde; Zé Maia e Leonardo Moreira, pela Comissão de Segurança Pública; Alencar da Silveira Júnior e Jô Moraes, pela Comissão do Trabalho; Márcio Passos e Ivair Nogueira, pela Comissão de Transporte, e João Bittar e Carlos Gomes, pela Comissão de Turismo, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do art. 204 do Regimento Interno -, para a reunião a ser realizada em 18/5/2005, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os Pareceres para o Turno Único dos Projetos de Lei nºs 2.175 e 2.177/2005, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2005.

Domingos Sávio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Leonídio Bouças e Ricardo Duarte, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/5/2005, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o parecer sobre emenda apresentada em Plenário, no 2º turno, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2004, do Deputado Ricardo Duarte, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2005.

Paulo Piau, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

ACORDO DE LÍDERES

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Os Deputados que este subscrevem, representando a totalidade dos membros do Colégio de Líderes, acordam em que seja recebida uma Subemenda à Emenda nº 3, de autoria do Deputado Antônio Carlos Andrada e outros à Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2004.

Sala das Reuniões, 17 de maio de 2005.

Dilzon Melo, Líder do BPSP - André Quintão, Líder do Bloco do PT-PCdoB - Adalclever Lopes, Líder do PMDB - Leonardo Moreira, Líder do PL - Gustavo Valadares, Líder do PFL - Gil Pereira, Líder do PP - Miguel Martiní, Líder da Maioria - Weliton Prado, Líder da Minoria.

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 3

Acrescente-se ao art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado os seguintes §§ 5º, 6º e 7º:

"Art. 82 -

§ 5º - A criação de cursos superiores de Medicina, Enfermagem, Odontologia e Psicologia por universidade e demais instituições de ensino superior atenderá às disposições da Legislação Federal em vigor.

§ 6º - A criação de cursos superiores de Direito será submetida à manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Seção Minas Gerais.

§ 7º - Fica cancelada a tramitação de processos de criação dos cursos mencionados no § 5º, ainda não aprovados pelo Conselho Estadual de Educação.

§ 8º - Até que Lei Complementar regulamente a matéria prevista no § 6º, fica suspensa a tramitação de processos de criação dos cursos de Direito ainda não aprovados pelo Conselho Estadual de Educação.

Sala das Reuniões, 17 de maio de 2005.

Antônio Carlos Andrada - Doutor Viana - Gilberto Abramo - Adelmo Carneiro Leão - Leonardo Quintão - Ricardo Duarte - Ana Maria Resende - Lúcia Pacífico - Zé Maia - Paulo Piau - Paulo Cesar - Carlos Pimenta - Doutor Ronaldo - Padre João - Domingos Sávio - Sebastião Costa - Pinduca Ferreira - Luiz Fernando Faria - Biel Rocha - Dilzon Melo - Adalclever Lopes - Irani Barbosa - Olinto Godinho - Marlos Fernandes - Leonardo Moreira - Dimas Fabiano.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 12/5/2005

A Deputada Ana Maria Resende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, público das galerias, gostaria de iniciar meu pronunciamento dizendo da minha alegria com o fato de a nossa Assembléia Legislativa, enfim, ter-se sensibilizado com a causa do rio São Francisco.

Tenho visto inúmeros Deputados defendendo o nosso Norte de Minas, e, há tempo, venho falando sobre a transposição, dando diversas entrevistas na TV Assembléia sobre esse assunto.

Sempre falei dos males que essa transposição causará ao meu Norte de Minas. Não desejo falar como engenheira nem como administradora de empresa ou economista, visto que não sou - o nosso Presidente da Mesa, Deputado Fábio Avelar, também disse isso ontem -; quero falar como norte-mineira, interessada que sou no crescimento, no progresso e no desenvolvimento do Norte de Minas, que ficará impedido e limitado com essa transposição.

O rio São Francisco é o único elemento capaz de tirar o Norte de Minas da situação de marginalidade e de subdesenvolvimento. Mas, a partir de sua transposição, ele se tornará um mero objeto de decoração em nossas terras. Não mais será concedida outorga nem licenciamento para que outros projetos de irrigação sejam criados.

Em Minas Gerais, somos uma parcela da população conhecida como subdesenvolvida e pobre, e agora, com a transposição do São Francisco, o fosso que separa o Triângulo, a região metropolitana e o Centro-Oeste do Norte de Minas, estará cada vez maior.

Esta semana tive uma surpresa boa, e outra para lá de desagradável. A surpresa boa foi quando li, no "Estado de Minas", um artigo intitulado "Carnaval da Transposição". Senhores telespectadores do Norte de Minas, dinheiro federal - federal, não, dinheiro nosso, porque Governo não trabalha e nem produz dinheiro; quem produz dinheiro somos nós que pagamos impostos - foi usado para política de convencimento da população brasileira sobre a validade dessa transposição. A quantia de R\$3.000.000,00 será tirada do dinheiro que todos nós pagamos de impostos no Brasil e investida no desfile da Escola de Samba Mangueira, para divulgar a tristeza do Nordeste e a grandiosidade do projeto de transposição das águas.

O Deputado João Leite (em aparte) - V. Exa. está dando grande contribuição a este debate, por ser uma grande conhecedora da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Por meio de requerimento de sua autoria, tivemos a oportunidade de ir ao Jaíba ouvir os apelos daqueles que temem esse projeto, que nem sequer foi discutido com a população, ou seja, com os assentados do Projeto Jaíba.

Acompanho atentamente e estou preocupado, porque o Governo Federal desprezou Minas Gerais e não quis discutir sobre esse sonho do Presidente Lula e do PT. Esse é um processo totalmente ilegal, porque a legislação determina a realização de audiências públicas, e elas não aconteceram. O povo de Minas Gerais, Estado onde nasce o São Francisco, na serra da Canastra, não foi ouvido.

Ontem tive oportunidade de manifestar-me sobre a transposição do rio São Francisco e de expor a posição majoritária da Comissão do Meio Ambiente, que é contrária a essa transposição e favorável à revitalização do rio. Agora, estamos vendo que, além da propaganda oficial que acontece em todo o Brasil, divulgando para os brasileiros que esse programa salvará os pobres do Nordeste e iludindo a sociedade com a comunicação de algo equivocado, já que o projeto privilegia principalmente os empresários do camarão e outras empresas, V. Exa. levanta a questão de que o custo final de R\$20.000.000.000,00 será acrescido de R\$3.000.000,00 para a Mangueira. O Presidente Lula e o PT vão mostrar na Marquês de Sapucaí a maravilha que será a transposição do São Francisco. Entretanto não poderão mostrar como ele está sendo poluído por Belo Horizonte, Contagem, enfim, pelas cidades da região metropolitana, que jogam no rio das Velhas, um de seus afluentes, todo seu esgoto. Continuarão a iludir o povo brasileiro com a idéia de que esse projeto é redentor, o que não é verdade.

Fiz um requerimento que dará ao Plenário da Assembléia Legislativa a oportunidade de posicionar-se. Saberemos quais Deputados são contra e quais são a favor da transposição do rio São Francisco. Queremos saber quem está do lado de Minas e contra esse projeto faraônico que não interessa à bacia hidrográfica do São Francisco e a Minas Gerais, que contribui com 73% das águas que entram no oceano Atlântico e que foi esquecida pelo PT. Parabéns, Deputada Ana Maria Resende. Muito obrigado.

A Deputada Ana Maria Resende - Muito obrigada, Deputado João Leite.

Esse desfile não falará que, com a transposição, estão matando o sonho de progresso do Norte de Minas. Não mostrarão na Sapucaí que estão acabando com a possibilidade de progresso do Norte de Minas, porque o rio São Francisco, com certeza, é o único instrumento que essa região tem para viabilizar seu progresso, com a geração de empregos e renda.

Deputado João Leite, esta Casa precisa pedir ao Governo Federal uma explicação: por que estão usando nosso dinheiro para, na Marquês de Sapucaí, patrocinar um desfile de escola de samba, quando esses recursos poderiam estar ajudando na revitalização do rio São Francisco e de sua bacia hidrográfica?

Enquanto estarão gastando R\$3.000.000,00 no carnaval, nosso Superintendente Anderson Chaves faz um trabalho hercúleo, com apenas R\$1.000.000,00, para revitalizar o rio Gurutuba, um dos afluentes do rio Verde Grande, que de grande, hoje em dia, só tem o nome. Na época em que acabam as cheias, ele pára de correr.

Precisamos salvar a bacia do São Francisco. Nesta Casa, temos de ter compromisso não com os Governos Federal e Estadual, mas com o nosso povo.

Em relação a esse requerimento do Deputado João Leite, apuraremos e divulgaremos, no Norte de Minas, o nome dos Deputados que desejam matar a esperança da nossa região. Quais são os Deputados desta Casa que desejam inviabilizar o progresso do meu povo? Quais são os Deputados que pretendem conseguir o voto do meu povo, matando a esperança, o desenvolvimento e a possibilidade de um dia conhecermos o que é ser tratado com igualdade e dignidade? Em relação a esses Deputados que vão buscar votos, Deputado João Leite, farei questão de mostrar que, a partir da transposição, nenhum projeto mais poderá ser viabilizado, ninguém mais conseguirá emprego, a produção permanecerá como está e o IDH, que já é reduzido, diminuirá e haverá um êxodo rural cada vez maior no Norte de Minas.

Peço a todos os presentes que sejam realmente representantes do povo mineiro, e não dos Governos A, B ou C. Estou falando como norte-mineira e representante do nosso povo.

Deputado, gostaria também de dar uma notícia boa e de falar de coisas alegres. Sendo assim, falarei sobre a barragem de Irapé, que abre novos horizontes para o vale do Jequitinhonha, porque gerará cerca de 10 mil empregos diretos e indiretos em nossa região. A região de Botumirim, Grão Mogol e Cristália será beneficiada com a geração desses empregos e com o recebimento de "royalties", o que, com certeza, transformará essas cidades penalizadas pela sorte e pela discriminação. Essa obra realizará aquilo que considero uma verdadeira reforma agrária. Cada proprietário ribeirinho que tiver 1ha, receberá 50ha. Trocará 1ha por 50ha. E, nesses 50ha, será construída uma casa de alvenaria. Teremos escolas, postos de saúde, água e luz e, mais do que isso, terra preparada e semente, para que possamos ter uma nova geração de norte-mineiros. Depois de décadas de abandono, a população ribeirinha terá um futuro reservado com a barragem de Irapé.

Parabenizo o nosso Governador Aécio Neves, que comanda esse trabalho e que realiza uma reforma agrária em Minas Gerais em moldes nunca vistos no Brasil, proporcionando ao homem sofrido do campo terra com título e com possibilidade de gerar riqueza e produção.

Parabenizo também a CEMIG, que, com certeza, mudará definitivamente a economia do vale do Jequitinhonha.

Deputado Jésus Lima, gostaria de conceder-lhe aparte, mas o nosso Presidente já anunciou que o meu tempo se esgotou. Em uma próxima oportunidade, com todo carinho, concederei aparte a V. Exa., que, tenho certeza, muito contribuirá conosco.

Agradeço ao nosso Presidente, mas gostaria, mais uma vez, de pedir a todos que nos escutem, a todos que nos vêem pela TV Assembléia, que fortaleçam nosso pronunciamento em relação à transposição do rio São Francisco. Precisamos garantir o progresso do nosso povo e revitalizar nosso rio. Depois disso, vamos, sim, falar em transposição. Quem quer conhecer seca não precisa ir ao Nordeste Setentrional. Convido todos para conhecer, no Norte de Minas, a seca e suas conseqüências, conhecer centenas de distritos à beira do São Francisco, abastecidos por caminhões-pipa. Muito obrigada.

O Deputado Célio Moreira* - Antes de começar meu pronunciamento, concedo aparte ao Deputado Jésus Lima.

O Deputado J3sus Lima (em aparte)* - Querida aproveitar esta oportunidade em que se discute a transposi33o do rio S3o Francisco para dizer que estive presente ao encontro de Pirapora. A presen3a do Governador foi anunciada, mas ele n3o compareceu. Quando ele viu o fracasso do encontro, s3o havia crian3as convocadas para participar do ato, ele tamb3m n3o disse nada. Estava anunciada a presen3a de v3rias lideran3as, que infelizmente n3o compareceram. Quem realmente deveria estar interessado nesse debate s3o as lideran3as pol3ticas, pois teriam mais recursos para seus Estados. A popula3o 3 sens3vel a levar 3gua para o Nordeste Setentrional. Viver sem 3gua 3 um absurdo. Milhares de pessoas j3 morreram no setentrional brasileiro, no Cear3, na Para3ba, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte. Quatro Estados v3o ser beneficiados com essa 3gua. Falar que 3 preciso fazer a revitaliza3o em primeiro lugar n3o 3 novidade. Precisamos da revitaliza3o. Precisamos levar 3gua para quem n3o tem. O Governo Lula, em dois anos, levou o dobro de recursos do Governo passado para a 3rea de revitaliza3o. Em oito anos, foram aplicados R\$3.000.000,00 em educa3o, em saneamento. Em dois anos de Governo Lula, foram aplicados R\$6.000.000,00 na 3rea de revitaliza3o. O que o Governo do Estado tem feito na 3rea de revitaliza3o? A revitaliza3o 3 extremamente importante. N3o d3 para ficar cobrando do Governo Federal uma obriga3o que 3 do Estado. Os Deputados criticam a interliga3o das bacias, levar 3gua para quem n3o tem, fazendo o discurso de que t3m de fazer revitaliza3o em primeiro lugar. O Governo do Estado tem de fazer sua parte.

Agrade3o a gentileza por me conceder, em sua fala, um aparte para falar da interliga3o das bacias do rio S3o Francisco. Muito obrigado.

O Deputado C3lio Moreira* - Gostaria de tecer alguns coment3rios sobre o nosso Velho Chico e sobre a expectativa que o povo brasileiro tem em rela3o 3 transposi3o. Vou falar tamb3m sobre a quest3o do idoso.

Em Pirapora, participei de uma audi3ncia p3blica, e 3 do conhecimento de todos os parlamentares que o objetivo desse projeto n3o 3 levar 3gua para quem precisa, mas para o agroneg3cio. Para levar 3gua, o povo n3o d3 5%. Essa situa3o precisa ser discutida, e Minas Gerais n3o se furtar3. Lutaremos para que o Velho Chico seja revitalizado, pois est3 doente e precisa de rem3dio, de recursos para o desassoreamento e o plantio de matas. Precisamos salvar o rio que est3 morrendo.

A Deputada Ana Maria Resende (em aparte) - Quero apenas dizer que ou o Deputado que pediu um aparte n3o estava l3 ou ele est3 querendo dizer uma inverdade. Os jovens que l3 estavam eram universit3rios da UNIMONTES, muitos jovens que estudam na minha terra, e tenho certeza de que n3o eram crian3as. E, ainda que fossem, s3o donas do seu destino.

Se o Nordeste precisa de emprego, renda e 3gua, o Norte de Minas tamb3m precisa. Admira-me muito, pois tenho encontrado o Deputado J3sus Lima diversas vezes em nossa regi3o. Certamente, quando fala isso, quer impedir que os empregos sejam colocados no Norte de Minas. A transposi3o marcar3 para sempre o progresso da nossa regi3o. Obrigada.

O Deputado C3lio Moreira* - Sou testemunha de que na audi3ncia estiveram presentes estudantes de hist3ria e geografia e da universidade de Iguatama.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, p3blico das galerias e telespectadores que nos acompanham pela TV Assembl3a, tecerei alguns coment3rios a respeito da situa3o dos idosos no nosso Estado, a dificuldade e o preconceito que estes sofrem.

Na ter3a-feira, dia 10, foi criada a Frente Parlamentar de Prote3o ao Idoso, um trabalho do nosso valoroso Deputado Doutor Viana.

Em Lev3tico 19:32, est3 escrito: "Diante das c3s, te levantar3s e honrar3s a presen3a do anci3o". O Brasil precisa reavaliar sua postura face aos idosos. Os sinais de intoler3ncia e de indiferen3a relacionados com a sorte dos homens e mulheres da chamada terceira idade s3o por demais not3rios. Isso deixa no esp3rito das pessoas de boa forma3o um travo de amargura, um sentimento de mal-estar, uma sensa3o de permanente desconforto.

"Os cabelos brancos s3o arquivo do passado", proclamava Edgar Allan Poe. O passado 3 um reposit3rio de sabedoria, dessa sabedoria que n3o pode, j3, jamais, deixar de ser reverenciada pelas gera3es. Cada gera3o tem o dever de passar 3 gera3o seguinte o louvor da obra de Deus, como diz o salmista. O louvor 3 obra de Deus 3 uma forma de celebra3o da vida, na qual est3o inseridas todas as grandes realiza3es humanas que possibilitaram a evolu3o, o progresso e os avan3os da civiliza3o.

Ocupo-me de todos esses conceitos edificantes de vida para exaltar a contribui3o das pessoas avan3adas em idade 3 causa da constru3o humana. Os idosos, os aposentados, os homens e mulheres que j3 deram por encerrado o seu ciclo produtivo na vida profissional, concorrendo para a edifica3o do patrim3nio das conquistas do bem-estar social, s3o merecedores permanentes de nossa gratid3o e de nosso reconhecimento.

A Na3o, a sociedade, as gera3es de hoje, todos n3s contra3mos com eles uma d3vida social, a ser paga com atos de gratid3o que, no terreno pr3tico, n3o podem deixar de reconhecer seus leg3timos e inalien3veis direitos. O Estatuto do Idoso deixa muito a desejar. Carece de ser aprimorado. O idoso continua, em muitas 3reas do atendimento comunit3rio, a ser alvo de desd3m e desprezo.

Lembramo-nos do recente e vexat3rio procedimento de um Ministro de Estado que, arrogantemente, ordenou aos aposentados que, sob pena de perderem seus minguados proventos, enfileirassem-se diante da burocracia da Previd3ncia para um cadastramento fora de prop3sito. Ainda bem que, depois de um vigoroso pux3o de orelhas da opini3o p3blica, o tal Ministro resolveu voltar atr3s na esdr3xula decis3o.

O tratamento que os rendosos planos de sa3de, com suas cl3usulas restritivas que tantas vezes violentam os direitos fundamentais das pessoas, dispensam ao usu3rio 3 um dos cap3tulos mais aviltantes da hist3ria dos abusos praticados contra os idosos no Brasil.

Em uma cl3usula de um contrato de presta3o de servi3os m3dicos, hospitalares e ambulatoriais, elaborado por uma das maiores empresas do setor, deparamos, horrorizados, com o seguinte e espantoso registro: "Os pre3os definidos para qualquer um dos m3dulos acima s3o iguais tanto para os usu3rios titulares, quanto para seus dependentes, exceto para aqueles com idade superior a 60 anos, que pagar3o a mensalidade em dobro". Em alguns planos, eles pagar3o tr3s ou quatro vezes mais.

Os m3dulos a que se faz alus3o no documento correspondem 3s diversas modalidades de atendimento oferecidas ao usu3rio. No plano em quest3o, outro t3pico explicita, mais uma vez, a disposi3o da prestadora de servi3o de onerar os idosos. Veja como isso est3 expresso: "Os usu3rios com idade superior a 60 anos ter3o as mensalidades cobradas em dobro, independentemente do plano, do m3dulo, em que estiver inclu3o".

O que tem a dizer o Minist3rio da Sa3de diante desse disparate? Sabe-se, com certeza, que o absurdo n3o est3 restrito a um plano. Em todo o complexo da assist3ncia m3dica, hospitalar, ambulatorial, complementar, administrada por organiza3es similares, adota-se o mesmo inqualific3vel procedimento. Voltamos a perguntar: o que t3m as autoridades respons3veis pela fiscaliza3o da sa3de no Brasil a dizer a respeito?

O tema se presta a desdobramentos infinitos. Os exemplos das agressões praticadas contra os idosos pululam. Quero me referir a mais uma situação que considero extremamente indesejável. O Governo Federal está cantando em verso e em prosa, apresentando como um feito social, essa história do empréstimo bancário a aposentados com desconto no benefício previdenciário.

Em minha opinião e na opinião de muitas outras pessoas, tudo não passa de uma tremenda balela. O que se estruturou foi uma forma de agiotagem institucionalizada. Agiotagem para favorecer, mais uma vez, a cupidéz do sistema bancário, único segmento produtivo brasileiro que acumula ganhos sucessivos na fase de recessão econômica que o Brasil, lamentável e inexplicavelmente, atravessa de alguns anos para cá.

Atraídos pela propaganda falaciosa, que arregimenta nomes famosos do mundo dos espetáculos para a venda do peixe das instituições financeiras, os aposentados são levados a comprometer parte de seus apoucados e míseros ganhos em operações de duvidosa eficácia social. Tudo não passa de uma cortina de fumaça, de mais uma deplorável tentativa para ocultar da opinião pública, da população brasileira, a incapacidade que tem o Governo de colocar em marcha as propostas sociais que influíram preponderantemente nos resultados do último pleito presidencial. Melhor ficaria para o Governo, ao invés de adotar esse esquema inconsistente, recebido, naturalmente, com júbilo pelos banqueiros, estudar uma fórmula capaz de melhorar os proventos dos aposentados, capaz de tornar menos aviltante o salário básico do trabalhador. Dinheiro não falta. É o que prova o famigerado superávit primário, sempre crescente, e a arrecadação fiscal, cada dia maior. O que falta mesmo é sensibilidade social; é disposição para carrear os frutos do trabalho produtivo da comunidade brasileira em favor das parcelas menos favorecidas de nossa gente.

Portanto, Deputado Doutor Viana, Presidente da Comissão, a Frente Parlamentar para a Proteção dos Idosos deverá ir aos Governos Municipal, Estadual e Federal requerer providências. Fazem uma famigerada propaganda, tentam colocar bala na boca das pessoas divulgando empréstimos para os aposentados. No entanto, sabemos que algumas famílias estão em dificuldades. Na comissão, a Deputada Lúcia Pacifico, salvo engano, fez referência a propagandas de Bancos dos quais nunca ouvimos falar. Ou seja, existem Bancos dos quais nunca ouvimos falar que estão colocando pessoas nas filas do INSS para oferecer empréstimos.

Deparamo-nos com a propaganda: "Jovem, venha aqui comprar sua moto e traga seu avó para fazer o financiamento". Com isso, estão tentando retirar mais um pouco da minguada aposentadoria de homens e mulheres que contribuíram para a riqueza do Brasil. Essa comissão levará o problema ao Governo do Estado. Ademais, cobraremos providências do Governo Federal. Assim, contribuiremos para que, no final de suas vidas, as pessoas disponham de dinheiro para comprar remédio e alimentação, pois nessa idade precisarão de uma alimentação melhor. Não podemos deixar que retirem um pouco mais da aposentadoria dos nossos irmãos. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores, queria hoje, ocupando esta tribuna, falar sobre o crescimento da economia mineira e a relação desse crescimento com a questão do reajuste dos servidores públicos de Minas Gerais. Os dados sobre o crescimento da economia de Minas mostram que é possível ao Governo do Estado tornar realidade a esperança dos servidores estaduais, que é ter o reajuste salarial depois de passar muitos e muitos anos sem qualquer aumento. Há setores que estão, há mais de 12 anos, sem ter esse reajuste.

O crescimento do Produto Interno Bruto - PIB - de Minas Gerais, em 2004, foi de 5,1%, considerado pelo estudo da Fundação João Pinheiro o melhor resultado anual desde 2002. O comportamento do PIB de Minas Gerais, no quarto trimestre de 2004, teve um crescimento de 4,2%, o que consolidou o aquecimento iniciado em meados de 2003.

É preciso ressaltar, porém, que o crescimento da economia mineira está intimamente ligado ao crescimento da economia do País. No Brasil tanto o resultado anual de 5,2% quanto o trimestral de 4,9% aproximaram-se bastante do desempenho estadual. A boa "performance" geral da economia e da atividade econômica de Minas Gerais em 2004 foi produto da evolução positiva de todos os setores. A indústria cresceu 4,2%, e os serviços, 3,6%, com destaque para a agropecuária, que se expandiu em 12,9%.

Também o Brasil apresentou ótimos resultados em todos os segmentos, principalmente na indústria, que cresceu 6,2%, seguida da agropecuária com 5,3%, e dos serviços com 3,7%. As exportações mineiras cresceram 34,5%, em relação a 2003, e recuperaram a 2ª posição no 'ranking' nacional.

Daí a importância das viagens que Lula fez em 2003, que repercutiram positivamente nas negociações e nas vendas para o comércio exterior em 2004. As viagens do Presidente Lula são estratégicas, e agora há esse encontro com os países árabes, o qual está-se realizando em Brasília - eles têm hoje encontro com o grande empresariado paulista -, e que renderá frutos ainda neste ano e muito mais no próximo. Ou seja, a política macroeconômica do Governo Lula e as políticas para dentro e fora do Brasil vêm trazendo grande desenvolvimento para o País e para o Estado de Minas Gerais.

Ao analisarmos os dados do crescimento anual do ICMS, percebemos que, em 2004, o crescimento da arrecadação decorrente do ICMS teve aumento de 12,21% até outubro de 2004. O aumento foi novamente impulsionado pela indústria, que tem participação de 51% no ICMS mineiro.

Diante de dados tão animadores na nossa economia, é preciso agora chamar a atenção do Governador para as diretrizes aprovadas pela Assembléia Legislativa e sancionadas pelo Governo Estadual, no ano passado.

Estamos falando da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei nº 15.291, de 5/8/2004, que estabeleceu diretrizes para elaboração do orçamento financeiro de 2005.

Na LDO, art. 18, § 1º, está estabelecido que a política remuneratória dos servidores públicos será realizada por meio de dois tipos de ações: primeiro, os reajustes gerais e a aprovação das tabelas salariais dos planos de carreiras específicos. Essas alterações ocorrerão mediante a alocação de recursos decorrentes de percentual da variação do valor líquido arrecadado de ICMS.

Vê-se, pois, que os bons resultados na receita tributária já deveriam estar gerando benefício para o servidor, já que houve um superávit em 2004, parte de 2003 e agora em 2005. Mas, no que se refere às tabelas de salários, elas ainda chegarão à Assembléia Legislativa, o que implica demora e paciência; observemos, contudo, que historicamente o reajuste dos servidores públicos ocorre no mês de maio, combinado com o reajuste de salário mínimo dos trabalhadores do setor privado. Caberia neste momento que o Governador aplicasse o aumento para os servidores.

Estamos reivindicando o aumento que confere aos reajustes gerais e, além disso, a questão da tabela salarial. Além do reajuste, que representa acréscimo na remuneração, e que seria de, no mínimo, 12%, o Governo é obrigado, pela Constituição da República, a realizar também a revisão geral anual da remuneração dos servidores. Esta é apenas para efeito de correção monetária, e não vem sendo realizada.

É justo que os servidores, depois de tantos anos de espera, recebam o aumento salarial, pois há anos vêm trabalhando sem aumento e têm trabalhado arduamente para ajudar o Governo Estadual a funcionar. São servidores públicos que, na máquina administrativa e na ponta, produzirão os serviços públicos necessários e adequados para a população, principalmente no que tange às áreas da saúde, da segurança pública e de tantos outros serviços, como o IMA, o IEF e outros.

Esperamos que o Governador cumpra o acordo feito com o Bloco do PT-PCdoB, de enviar as tabelas das áreas da saúde e da educação, em um primeiro momento - o que representa 66% dos servidores públicos de Minas Gerais -, como prometido, até o fim de junho deste ano. Mas não basta o envio, único e exclusivo, da tabela, é preciso que seja uma tabela com remuneração justa e que possa resgatar a auto-estima dos servidores do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o compromisso público do Governador Aécio Neves é aguardado por todos os servidores da saúde e da educação, até o dia 30/6/2005; mas estão muito mais ansiosos por definir, por distinguir e por saber que tabelas virão, para que possam ter um reajuste salarial digno. Essa é uma outra questão que também aflige os servidores. Nós, é claro, estaremos acompanhando o envio dessa tabela, para que esse reajuste seja justo. Justo para quem trabalha, mas muito mais justo para aqueles que não têm reajustes há tantos anos.

Na segunda parte do meu pronunciamento, quero apresentar aos senhores uma reportagem do jornal "O Tempo", que diz: "Minas Gerais e São Paulo são campeões em repasses da União". Também diz que os dois Estados administrados pelos tucanos Aécio Neves e Geraldo Alckmin ganham até mesmo de unidades administradas por petistas.

Em 2004, Minas Gerais recebeu R\$237.348.000,00 e São Paulo, R\$392.824.000,00. No primeiro trimestre deste ano, Minas recebeu R\$22.642.000,00, e São Paulo, R\$24.288.000,00.

Lula mostra com clareza que não discrimina os Governos, mesmo que sejam os da Oposição. Minas Gerais pode e deve receber recursos para ações, obras e serviços públicos importantes para os mineiros.

O interesse público está acima das questões partidárias. A atitude do Bloco PT-PCdoB nesta Casa poderia ser copiada pela Oposição na Câmara Federal. O Bloco PT-PCdoB tem-se portado de maneira muito clara em relação aos interesses de Minas Gerais. O PT tem apresentado emendas aos projetos que podem ser melhorados, o que melhorará o impacto na vida dos cidadãos. Da mesma forma, o PT tem rejeitado os projetos que trazem malefícios e danos à população e aprovado os projetos importantes para ela. O retrato disso foi a votação do pedido de empréstimo no Governo do Estado de Minas Gerais para o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O Pró-Acesso, importante projeto do Governo do Estado, será fundamental para o desenvolvimento de Minas Gerais, especialmente para as cidades do interior. Por sermos um Estado agrícola, agropecuário, precisamos ter acesso. Se não houver infra-estrutura, não haverá desenvolvimento. Para produzirmos produtos agrícolas e pecuários, é necessário acesso, especialmente para cuidar da saúde dos que estão lá e que, num momento de urgência, precisem de ambulância. As estradas de terra, esburacadas ou barrentas, podem impedir sua saída, colocando a vida dessas pessoas em risco. Esse tem sido o comportamento do Bloco PT-PCdoB. A Câmara Federal pode tomar como exemplo nossa relação com a Oposição e a Situação.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Nos últimos anos da história de Minas Gerais, nenhum Governador fez para os servidores públicos o que Aécio Neves está fazendo. Resgatou a certeza de receber o salário e o décimo-terceiro em dia, as verbas retidas, os quinquênios e o plano de cargos, reivindicação de muitos anos. Falta apenas a promessa de as tabelas chegarem até 30 de junho. Qualquer exercício de imaginação que fizermos será apenas especulação, pois temos de esperar que elas cheguem, para realizarmos um amplo debate.

V. Exa. mencionou os recursos que Minas Gerais e São Paulo receberam, mas é importante saber o valor de Minas Gerais que foi para o Governo Federal. Esse dado deve ser levantado, porque o Governo Federal concentra quase que 70% de todos os recursos arrecadados no País e devolve apenas migalhas aos Estados. Esse modelo precisa ser discutido e modificado.

O pronunciamento de V. Exa. dá a impressão de que Lula fez um grande favor a Minas Gerais ou a São Paulo, quando, na verdade, abocanhou todos os recursos da receita do Estado de Minas Gerais e devolveu apenas um pouco, porque assim prevê a Constituição. Aliás, os recursos foram muito aquém, pois as estradas federais precisam ser melhoradas, coisa que o Governo Federal não faz.

Então, é direito do povo mineiro receber esses recursos que vieram, assim como é direito do paulista. V. Exa. citou exatamente os dois maiores Estados da Federação em termos de população, dificuldades e problemas. Esperamos que seja feita uma reforma fiscal neste País para que Governadores e Prefeitos não precisem contar com a benevolência do Governo Federal, porque ele não faz favor nenhum; apenas devolve o que é de direito a todos os cidadãos mineiros e brasileiros. Portanto, os recursos vieram, mas acredito que seriam bem maiores se houvesse correlação entre o que é arrecadado e o que deveria retornar para Minas Gerais. De qualquer modo, o raciocínio de V. Exa. é sensato. Permito-me discordar apenas desse ponto, porque acho que o Governo Federal tem de distribuir melhor os recursos arrecadados nos Estados e nos municípios, que não voltam na mesma proporção. Obrigado.

O Deputado Edson Rezende* - Concluindo, gostaria de dizer, Deputado Miguel Martini, que não foi este Governo que centralizou os recursos, mas o Governo passado do PSDB, de Fernando Henrique Cardoso. Fomos e ainda somos contra essa questão. Ninguém mais que o Governo Lula quer a reforma tributária e luta por ela, porque interessa a todos nós, brasileiros. Portanto, esperamos que a Oposição possa ajudar, especialmente o PSDB e o PFL. Tenho acompanhado o esforço dos Governadores para encontrar um caminho, porque, na verdade, algumas peculiaridades regionais impedem esse processo. Ninguém quer abrir mão de um pouquinho. Para que todos ganhem, alguém tem de abrir mão de alguma coisa. Ninguém mais que o Governo Lula quer a reforma fiscal, até para acertar essa questão da descentralização dos recursos para os Estados e municípios. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Jô Moraes - Caro Presidente, Deputado Fábio Avelar; caros Deputados; queridas Deputadas; não permitirei apartes iniciais, como sempre fiz em outros momentos, porque já perdi 3 minutos do meu tempo. Trago uma preocupação muito séria, que é a discussão sobre a reforma política que está em curso no País e no Congresso Nacional. Todos sabemos da necessidade dessa reforma.

Cada um de nós convive com o profundo desgaste do exercício da atividade política. Quem de nós não passa por situações constrangedoras, em que jovens nas salas de aula, trabalhadores nos sindicatos e donas de casa nos supermercados generalizam a situação e fazem cobranças? Consideram que a política é apenas uma atividade para defesa dos interesses próprios. É por isso que essa reforma é uma necessidade, desde que se realize com o objetivo de aperfeiçoar a democracia e de ampliar a representação popular dos diferentes segmentos da nossa sociedade. Ela não deve ser uma reforma utilizada única e exclusivamente para manter o monopólio da representação política dos grandes partidos.

O Brasil é diverso, Deputado Miguel Martini. Essa gama de diversidade advém da nossa origem cultural, dos imigrantes, dos negros, dos indígenas e de nós mesmos, que somos frutos dessa unidade nacional expressa até no nosso DNA. Mas, de repente, na cabeça de algumas

figuras políticas, sobretudo dos representantes das elites, isso não é reconhecido.

Para eles, é preciso restringir a representação política e diminuir o número de partidos, pois só assim se salvará e se aperfeiçoará a instituição da atividade política. Isso é um grande equívoco. Muitos pequenos partidos surgem das frações dos grandes partidos, que se aproveitam em determinado momento para se agrupar no pequeno partido, eleger Deputados e, em seguida, passar novamente para aquele partido. A reforma política precisa ser feita de maneira ampla.

Deputado Padre João, em toda crise, fala-se em reforma política. Recentemente, na crise da eleição da Mesa da Câmara dos Deputados, com grande quantidade de votos tidos como de traição e de desrespeito às lideranças e aos compromissos, surgiu imediatamente a receita, que é a reforma política.

O PCdoB defende a reforma política e indaga à sociedade por que ela não foi feita até hoje. Por que não está em curso o projeto proposto desde 2001 pelo Olavo Medeiros? Em 2003, o João Almeida apresentou outro projeto. Em 2004, constituíram uma Comissão Especial para apresentar um substitutivo, cujo relator foi o Deputado Ronaldo Caiado. Essa Comissão Especial apresentou um relatório que tratava de várias coisas, como o funcionamento parlamentar dos partidos, a cláusula de barreira, as coligações, as federações partidárias, a lista fechada e a forma de escolha dos candidatos, enfim, um conjunto de propostas e de perspectivas que melhorasse a estrutura partidária deste País.

O Deputado Gustavo Valadares, sempre polêmico e combativo nas nossas diferenças, compreende a forma solidária e respeitosa com que se deve tratar todos os partidos.

Ontem, para tristeza nossa, foi votado, como proposta de setores do Congresso Nacional dos grandes partidos, o primeiro passo da reforma fatiada. Votaram a admissibilidade sobre a quebra da verticalização nas alianças e nas coligações. Para quem não entende o que significa quebra de verticalização, digo que, se há uma aliança política entre quatro partidos no plano federal, se torna necessário que isso se reproduza em todos os níveis. O PCdoB concorda com a quebra da verticalização. A diversidade da construção partidária no conjunto do Brasil é muito grande, mas por que deixaram de lado a votação do relatório do Deputado Rubens Otôni, que é expressão de consenso e de construção política de vários e diferentes partidos, para votarem, pura e simplesmente, a quebra da verticalização?

Muito mais grave que a quebra da verticalização foi uma negociação imposta por determinados partidos da Oposição para votar a liberação do referendo das armas, ou seja, da liberação ou não das armas. Não é possível trocar a paz do mundo por uma antidemocracia. Não podemos chegar à vida política e ver um processo de construção, que era o referendo sobre a proibição de armas, ser trocado pela necessidade de aperfeiçoamento democrático.

Vejam V. Exas.: na última eleição, apenas cinco grandes partidos conseguiram acima da cláusula de 5%. Vou nominá-los: o PT, o PSDB, o PFL, o PMDB e o PP. Dois deles ficaram no limiar: o PSB teve 5,1%, e o PDT, 5,3%. Os demais partidos importantes, e que existem, ficaram como? Seis partidos não alcançaram o mínimo. O seu partido, Deputado Miguel Martini, atingiu 5,1%, portanto, no limiar da cláusula de barreira. Seis partidos ficaram fora: O PTB, o PL, o PPS, o PCdoB, o PV e o PRONA.

Vejam, senhores! Por que não deixar o povo escolher que partidos devem existir? Temos um exemplo histórico: o partido do ex-Presidente Collor, repudiado pelo povo, pelas falcatruas que realizou na Presidência da República. Esse partido acabou não por uma lei, mas porque o povo brasileiro tem consciência e sabe o que é bom para a sociedade brasileira.

É por isso que o PCdoB vem aqui fazer esta defesa, sabendo, desde já, que essa questão não é um problema do nosso partido, mas da democracia. O Partido Verde, por exemplo, companheiras e companheiros que me escutam, Deputadas e Deputados, representa a causa do futuro da humanidade, da defesa e do equilíbrio ambiental da sociedade brasileira e do mundo. Ele teve 1,3% da votação. Isso significa que ele não tem importância para a sociedade brasileira, que a causa ambiental não deve ser representada no Congresso Nacional, que não seja possível levar para a Casa mais alta desta República o debate ambiental? Claro que não! A sociedade brasileira tem que compreender isso.

Alguns estranharam ontem quando disse que, na discussão da reforma política, que não é uma causa do PCdoB apenas, não é uma causa da Esquerda, iria conversar com o Governador Aécio Neves. Algumas pessoas estranharam. Tenho discordância programática com o Governador Aécio Neves, tenho diferenças quanto ao modelo econômico que ele defende, que favorece setores das elites e deixa ao largo os trabalhadores. Uma coisa é nossa diferença programática; outra é o dever de defender a democracia. A democracia, a representação da sociedade brasileira não é uma causa de um ou outro partido. É uma responsabilidade de todos os homens e mulheres públicos que compreendem que este País só irá para frente se respeitar a diversidade de idéias, se respeitar a necessidade de representação daqueles que, neste momento, ganharam apenas pequena parcela da sociedade, mas que representam o futuro.

Finalizando, queria dizer às Deputadas e aos Deputados desta Casa que nós, do PCdoB, iniciamos uma campanha em defesa da representação parlamentar de todos os partidos históricos, particularmente do PCdoB. Ele não deixará de existir, pois existe há 83 anos. Muitos já morreram, muitos foram presos, para que esse partido continuasse existindo. A nossa causa não é a causa do momento, a nossa luta não é para tomar um Governo, para assumir uma Prefeitura ou uma Presidência. Nossa causa vai além: a conquista de uma sociedade em que a igualdade seja real, em que a justiça social seja efetiva na vida cotidiana de cada um.

O PCdoB considera que é um atentado à democracia se não vigorar a reforma política que foi de consenso. Aqueles que se comprometeram com a democracia terão a oportunidade de fazê-lo votando na proposta do relatório do Deputado Rubens Otôni, da Comissão de Constituição e Justiça, deixando que o povo brasileiro decida os seus destinos.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputada Jô Moraes, em primeiro lugar quero parabenizá-la pela abordagem do tema. Realmente a reforma política no Brasil é uma necessidade. No meu entendimento, infelizmente não faremos a reforma política necessária para o Brasil, uma reforma mais ampla e bem discutida. Com a eleição do Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti, devemos desistir de aprofundar numa reforma política. É claro que alguns pontos não podem deixar de ser abordados, como, por exemplo, a existência de um partido ideológico como o PCdoB, o PPS, o PSB, o que deve estar garantido no sentido da existência da representatividade, não apenas eleitoral, mas política e ideológica existente no Brasil. Por isso devemos olhar à luz dessa questão, que julgo primordial. Julgo que uma reforma mais profunda, infelizmente, deve ser deixada para outro momento, até porque a representação de Severino no Congresso Nacional, que foi apelidada de baixo clero, tem seus interesses mais voltados para o fisiologismo e para o clientelismo que para o fortalecimento ideológico da sociedade brasileira e dos partidos políticos. Portanto, acho que os interesses vão ao contrário do que deveria ser feito. A vitória do Deputado Severino nos trouxe alguns prejuízos, e um deles é exatamente a falta de uma reforma política mais profunda. Esse prejuízo foi provocado por erros cometidos por diversos partidos políticos, até mesmo o partido ao qual pertencço, o PT, que, ao invés de ter uma eleição garantida com o Virgílio Guimarães, preferiu outros caminhos que acabaram levando a uma derrota. Esse é um prejuízo do povo brasileiro, portanto teremos de discutir alguns aspectos específicos da reforma política que são essenciais. Acho que esse que V. Exa. citou é fundamental. Obrigado.

A Deputada Jô Moraes - Obrigada, Deputado Rogério Correia. Concluindo, tenho a certeza de que esta Casa se irmanará, se não para a aprovação global do relatório do Deputado Rubens Otôni, pelo menos naquilo que é essencial para que o processo político brasileiro continue representando aqueles que têm menos possibilidades de fazer pressão política, aqueles que trabalham, que contribuem para a construção da riqueza deste País. Obrigada pela tolerância, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, quero encaminhar favoravelmente, para que conheçamos a situação dessa legislação e haja fiscalização quanto ao seu cumprimento. Essa é uma lei de nossa autoria, pois conhecemos os riscos das longas viagens de pé no transporte de passageiros do Estado. Depois de muitos anos tramitando na Assembléia, tivemos, em 1999, a aprovação dessa lei. A Deputada Maria Tereza Lara solicita a fiscalização para que haja seu cumprimento, e consideramos pertinente. É importante que a Assembléia acompanhe como está se dando a viagem dos mineiros para o interior, sobretudo conhecendo a situação das nossas estradas.

Sr. Presidente, Deputado Fábio Avelar, quando da entrega da Medalha do Mérito Legislativo, estará aqui o Ministro dos Transportes, a fim de receber uma delas. Considerando-se a situação de nossas estradas, é interessante que a Assembléia conceda tal medalha justamente a ele. Esperamos que S. Exa. explique para esta Casa e para o povo de Minas o porquê dessa lamentável situação.

Votaremos favoravelmente ao requerimento, para termos oportunidade de conhecer a situação da Lei nº 13.174, de 1999, de nossa autoria.

Ela proíbe que os cidadãos de Minas Gerais viajem de pé, devido ao desconforto, à injustiça, já que pagam o mesmo valor que quem viaja assentado, e devido à insegurança e aos riscos, principalmente agora com os buracos em nossas rodovias, em especial as federais. Portanto, encaminhamos favoravelmente, Sr. Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 11/5/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

exonerando Azilton Ferreira Viana do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

exonerando Carlos Eduardo de Oliveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Azilton Ferreira Viana para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Carlos Eduardo de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Josimar José Rocha para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Maria Lúcia do Amaral Gonçalves para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Participação Popular.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2005

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2005

Objeto: contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva em sistemas de ar condicionado bem como em sistemas informatizados de automação de equipamentos de ar condicionado e limpeza mecanizada em interior de dutos de ar condicionado.

Em 17/5/2005, o Sr. Diretor-Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com base no Parecer nº 4.691/2005 da Procuradoria-Geral da Assembléia Legislativa e na Ata nº 83 da Reunião da Comissão Permanente de Licitação, negou provimento ao pedido de impugnação de edital apresentado pela empresa JAM ENGENHARIA LTDA.

Belo Horizonte, 17 de maio de 2005.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Grupo de Odontologia Ouro Preto S/C Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 17/5/2005 a 27/3/2010. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Clínica Odontológica Hollerbach e Macedo Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 17/5/2005 a 21/3/2010. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Marcelo Henrique Mascarenhas Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia, verificada na edição de 17/5/2005, na pág. 65, col. 1, sob o título "Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira", onde se lê:

"Creuza Aparecida de Paula", leia-se:

"Cleuza Aparecida de Paulo".

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2005

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 12/5/2005, na pág. 42, col. 1, onde se lê:

"Prestobal Ltda.", leia-se:

"Prestobat Ltda.".

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2005

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 14/5/2005, na pág. 57, col. 4, onde se lê:

"no dia 26/5/2005", leia-se:

"no dia 30/5/2005".